



INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Fortaleza



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA POR MEIO DO COMPONENTE CURRICULAR MUNDO DO TRABALHO: UM GUIA DIDÁTICO



**AUTORES: MARIA NÁDILA VASCONCELOS MENDONÇA
EMANOEL RODRIGUES ALMEIDA**

FICHA TÉCNICA

REDAÇÃO

Maria Nádila Vasconcelos Mendonça
Emanoel Rodrigues Almeida

PROJETO, DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Maria Nádila Vasconcelos Mendonça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI

Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M539c Mendonça, Maria Nádila Vasconcelos.

Componente curricular "mundo do trabalho": uma análise ontológica / Maria Nádila Vasconcelos Mendonça. - 2026.
70 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Ceará, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Emanoel Rodrigues Almeida.

Produto educacional: OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA POR MEIO DO COMPONENTE CURRICULAR MUNDO DO TRABALHO: UM GUIA DIDÁTICO.

1. Mundo do trabalho. 2. Itinerário formativo. 3. Ontologia do ser social. I. Título.

CDD 378.013

SUMÁRIO

01. Caracterização do Produto

02. Prefácio

03. Apresentação

04. História do Trabalho

05. Formação Integral / Omnilateral / Politécnica

06. Proposta de Aula

07. Considerações Finais

08. Referências

CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO

COMO SE CHAMA?

OS DESAFIOS DE IMPLEMENTAR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA POR MEIO DO COMPONENTE CURRICULAR MUNDO DO TRABALHO: UM GUIA DIDÁTICO

O QUE É?

UM GUIA ELABORADO COM O OBJETIVO DE ATENDER À NECESSIDADE DE MATERIAL DIDÁTICO PARA PROFESSORES QUE LECIONAM O ITINERÁRIO FORMATIVO “MUNDO DO TRABALHO”, CONSTITUINDO-SE COMO UMA ALTERNATIVA QUE FAVOREÇA A ANÁLISE CRÍTICA DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.

POR QUE FOI PRODUZIDO?

O PRODUTO EDUCACIONAL FOI PRODUZIDO COMO REQUISITO NECESSÁRIO À OBTENÇÃO DA TITULAÇÃO DE MESTRE PELO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT), NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE).

QUAL A SUA FINALIDADE?

DESENVOLVER ORIENTAÇÕES A PROFESSORES PARA TORNAR O ITINERÁRIO FORMATIVO “MUNDO DO TRABALHO” UM ESPAÇO DE COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE PODER E DE FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, DE MODO QUE POSSIBILITE AO ESTUDANTE COMPREENDER A REALIDADE EM QUE ESTÁ INSERIDO E DESENVOLVER PENSAMENTO CRÍTICO.

COMO FOI DISPONIBILIZADO?

EM MEIO DIGITAL, DE MODO QUE PODE SER AMPLAMENTE ACESSADO E UTILIZADO.

PREFÁCIO

Este guia surge da inquietação de perceber que, ao ocuparmos espaços que nos deveriam ser negados, segundo a estrutura de poder vigente, por vezes, assumimos o papel de impostores e passamos a não nos sentirmos pertencentes. O espaço alcançado, ao qual denominamos de conquistas, passa a ser de incertezas e de inseguranças. Em meio a toda uma estrutura de reprodução de um determinado modelo de dominação, surgem vários questionamentos: Será que o arcabouço cultural ao qual pertenço é suficiente para ocupar tal espaço?

Ultrapassar fronteiras de classe geram inúmeros questionamentos àqueles que passam a ocupar os espaços que lhes seriam comumente negados em razão de sua origem, mas se faz necessário passar a ocupá-los “com a sua origem” e não “apesar dela”.

A construção deste guia buscou desenvolver orientações a professores para tornar o itinerário formativo “Mundo do Trabalho”, enquanto disciplina, um espaço de compreensão das relações de poder e de formação do indivíduo, de modo que possibilite o aluno construir discernimento para entender os caminhos disponíveis dentro das estruturas de poder, podendo ter uma tomada de decisão mais assertiva sobre quais batalhas deseja enfrentar.

O referido guia surge do lugar de uma mulher que foi a primeira de sua família a entrar em uma Universidade, a qual almejou sair de uma condição social de vulnerabilidade e que percebeu que ocupar os espaços não necessariamente lhe faz pertencente; no entanto, não ocupá-los torna mais distante ainda uma mudança estrutural.

O sistema, por vezes, impõe uma readequação do indivíduo a partir do espaço que este passa a ocupar, transformando-o ao ponto de fazê-lo reproduzir os moldes de dominação vigentes. O intuito é que possamos ser resistência em um modelo que poda sonhos e responsabiliza a educação por iniciar o processo de alienação da realidade.

APRESENTAÇÃO

As relações de trabalho se desenvolveram de forma complexa, fato esse que tem gerado, no mercado de trabalho, com o rápido avanço do desenvolvimento tecnológico, a exigência de competências de adaptabilidade do indivíduo em um curto prazo. No entanto, a rápida transformação do mercado de trabalho, associada à lógica capitalista, ocasiona, nas forças produtivas, alienação em relação a esse processo.

Em consonância ao exposto, o produto educacional visa a proporcionar aos educadores do itinerário formativo “Mundo do Trabalho” uma alternativa de caminho didático que permita ao estudante compreender as nuances da complexa dinâmica das relações trabalhistas, bem como fornecer ferramentas aos estudantes para o desenvolvimento de um pensamento crítico referente ao mundo do trabalho.

O guia é resultante da pesquisa de mestrado “COMPONENTE CURRICULAR MUNDO DO TRABALHO: uma análise ontológica”, orientada pelo Prof. Dr. Emanuel Rodrigues Almeida, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, da área de Ensino, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

HISTÓRIA DO TRABALHO

O surgimento do ser social

A partir do desenvolvimento do trabalho houve o afastamento do homem enquanto animal do ser orgânico e inorgânico, de forma a dar início ao processo histórico de desenvolvimento da sociedade.

Ser social

O homem, enquanto ser social, se diferencia pela capacidade de projetar em sua mente as ações antes de executá-las, em um contexto que, ao contrário das transformações ocorridas nos seres orgânicos e inorgânicos, nas relações sociais, há uma relação de mediação, de modo que o conhecimento acumulado ao longo tempo acarreta mudanças no agir social.

Ser inorgânico

É desprovido de vida, constituindo-se em um movimento que conflui para transformar-se em outro elemento. Esse movimento pode ser observado, por exemplo, no processo de compactação e cimentação do solo, no qual os sedimentos, ao longo de milhares de anos, resultam na formação das rochas sedimentares.

Ser orgânico

Constitui-se em um ser que não se reproduz socialmente, se relaciona com a natureza por meio de ações instintivas, de modo que não projeta a ação em sua mente antes de executá-la.



Afastamento das barreiras naturais

Com base no conhecimento disponível, não é possível determinar o momento exato no qual houve a passagem do ser puramente biológico, orgânico, instintivo e sem voz ativa para um ser social. Para compreender seu desenvolvimento, a partir do conhecimento acumulado disponível até os dias atuais, faz-se necessário conhecer os modos de produção.

Modo de produção primitivo

No estágio selvagem do ser humano, estima-se que, na infância da humanidade, para que os homens conseguissem sobreviver aos animais selvagens, eles vivessem, pelo menos parcialmente, em árvores e que a superação do homem enquanto animal orgânico teve início a partir do desenvolvimento da linguagem articulada. Outro ponto importante no avanço do desenvolvimento do ser humano traduz-se no uso da fricção para obter fogo e na pesca, os quais levaram a uma maior independência em relação às intempéries e ao aumento da variedade de alimentos para consumo humano. Além disso, o arco e a flecha caracterizaram-se como armas decisivas em mais uma etapa da evolução e da transição do ser humano para o ser social.

Nesse estágio, o resultado do processo produtivo era comum a todos e pautado na utilidade que teria para a subsistência da espécie, e, assim, o desenvolvimento da comunidade primitiva permaneceu dessa forma por um longo período de tempo. O trabalho funda o momento ideal para pôr em prática as ideias e, a partir delas, criar sua materialidade, ou seja, transpor o que foi construído na mente para a realidade, transformar a natureza orgânica e inorgânica em algo concreto e útil ao homem. É também a partir dessa utilidade que surgem novas necessidades. Na comunidade primitiva, as ideias já faziam parte de sua realidade, embora de forma mais simples, e refletiam o momento histórico em que seus integrantes viviam, bem como tais ideias representavam, naquele momento, a consciência do ser humano no modo de produção da comunidade primitiva.

Modo de produção escravista

O desenvolvimento da consciência do homem e das ferramentas de produção gerou uma incompatibilidade com o caráter comunal do modo de produção da comunidade primitiva, em razão do surgimento do excedente. Nessa esteira, a partir desse processo, houve a dissolução dessa forma de organização e surgiu uma nova, baseada na propriedade privada.

O progresso possibilitado pelos povos que conseguiram desenvolver a metalurgia, produzindo, nesse sentido, ferramentas de guerra a partir do aço e do ferro, bem como pela localização geográfica em torno do Mar Mediterrâneo, permitiu o avanço da tecnologia marítima e possibilitou o desenvolvimento do comércio e da linguagem, fazendo com que tais povos, a partir das vantagens geradas por esse processo produtivo, passassem a dominar outros povos, tornando-os escravos. Assim, surge o modo de produção escravista, o qual se constituiu a partir da divisão do trabalho em classes sociais.

No modo de produção escravista, a agricultura e a pecuária eram desenvolvidas pelos escravos, o que possibilitou o aumento da produção de ferramentas. Nesse contexto, os escravos constituíam os principais produtores de riqueza; a eles era incumbida a produção dos bens necessários à subsistência da sociedade e ao atendimento das novas necessidades surgidas no âmbito da classe escravista. Aos senhores de escravos restava o ócio, direito que lhes era permitido em razão de viverem do excedente do trabalho escravo. Desse modo, esse momento histórico representou a dominação da cidade sobre o campo.

“Seja pela conquista, seja pelo endividamento, estes homens foram rebaixados à condição de coisa, de uma propriedade falante. A escravatura arruinava o espírito e os corpos destes homens, convertendo-os em escravos, uma mercadoria à semelhança de outra qualquer”. (Almeida, 2017, p. 84)

Modo de produção feudal

O modo de produção feudal surge em razão da decadência do modo de produção escravista e das transformações ocorridas no modo de produção primitivo. O modo de produção feudal ocorreu de diferentes formas: a localização, as condições de desenvolvimento dos povos e as condições naturais de que dispunham fizeram diferença em sua reprodução nas diversas sociedades.

Esse modo de produção baseia-se fundamentalmente na economia natural, na produção agropecuária, na economia ligada ao solo e caracteriza-se, principalmente, pela servidão, em um sistema no qual os servos não eram livres. Eles habitavam a terra sem efetivamente possuir sua propriedade, bem como sua posição na sociedade era estabelecida ao nascer, de forma que não havia mobilidade social; ao nascer camponês, o indivíduo permaneceria nessa condição sem qualquer perspectiva de ascensão.

Os servos tinham a obrigação de trabalhar nas terras dos senhores feudais sem direito à retribuição pelo trabalho prestado, assim como necessitavam entregar parte da produção ao senhor feudal sob a justificativa da utilização das ferramentas e dos espaços necessários ao cultivo.

Em consonância com o exposto, percebe-se que, a partir da exploração do trabalho, aqueles que possuíam hegemonia dentro do sistema de produção vigente podiam obter muito além do que a sua capacidade de trabalho permitiria. Nesse contexto, aqueles que detinham o controle sobre os meios de produção passaram a utilizar-se da coerção e do controle para se apropriar do excedente produzido pelos trabalhadores.



Modo de produção capitalista

O processo de distanciamento do ser orgânico teve seu curso modificado a partir da propriedade privada, à medida que as relações produtivas se desenvolviam, passavam a gerar novas necessidades. Assim, para que o desenvolvimento do ser social pudesse continuar ocorrendo, fazia-se necessário o estabelecimento de novas formas de organização dos povos.

Os homens passaram a produzir individualmente, de forma a gerar valor à propriedade privada. O desenvolvimento das ferramentas necessárias à produção ocorria voltado ao aumento do valor de troca. Nesse contexto, embora esse valor tenha tido sua origem no modo de produção da comunidade primitiva e tenha sido reproduzido nos demais modos de produção, foi no modo de produção capitalista que o valor de troca se desenvolveu e se tornou mais complexo. Este não estava mais interligado apenas aos custos necessários à sua produção, mas ao valor agregado que a especulação incorporava. Nesse cenário, a relação existente entre as mercadorias ganha protagonismo em detrimento das relações de trabalho entre os homens.

Nesse modo de produção, o proletariado vende a sua força de trabalho em troca de salário, visando à sua subsistência. Nessa esteira, por meio do aumento da capacidade de produção do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, reduz-se o tempo de trabalho necessário para alcançar o produto final. Nesse contexto, o avanço das inovações tecnológicas acarreta o aumento da produtividade dos trabalhadores sem alteração da jornada de trabalho, possibilitando, nesse sentido, a redução dos custos de produção dos bens de consumo. Diante do exposto, não se altera o tempo da jornada de trabalho, mas diminui-se o tempo necessário para se chegar ao produto final, aumentando-se a produção do excedente, valor que é denominado de mais-valia.



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A redução das distâncias propiciada pelo avanço tecnológico, que possibilitou o aprimoramento dos meios de transporte e, conseqüentemente, a realização de traslados com mais rapidez, fez com que o comércio e o consumo ganhassem novos contornos, ampliando, assim, a circulação de bens e serviços.

O processo de globalização do sistema capitalista tem acarretado o predomínio dos países que possuem papéis centrais em detrimento dos países periféricos, interferindo, inclusive, em questões de cunho interno para reafirmar seu poder.

Pode-se, nesse sentido, perceber como questões sintomáticas da rápida transformação tecnológica e da alta competitividade decorrente do sistema capitalista contribuem para o abismo da desigualdade social gerado a partir das relações de poder nos âmbitos político, econômico e cultural.

O que se percebe nas relações de trabalho é o estabelecimento de uma forma predatória de exploração das capacidades do indivíduo em detrimento do acúmulo de capital, em uma dinâmica que, por vezes, desconsidera questões coletivas, sociais e ambientais. Assim, buscou-se discutir e compreender como a organização do trabalho e as estratégias de redução dos custos de produção têm impactado as relações de trabalho e quais são as suas implicações nas relações sociais, no desenvolvimento econômico e na elaboração de políticas.



Taylorismo

Taylor identificou que operários experientes regulavam o ritmo de execução das tarefas, prática que interpretava como uma forma de “restrição deliberada” da produtividade, adotada como mecanismo de proteção contra o aumento excessivo das exigências patronais. Segundo sua análise, havia desperdício de tempo nas transições entre as etapas do processo produtivo, bem como ausência de padronização nos métodos utilizados. Taylor afirmava que: “O principal objetivo da administração deve ser assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado”(Taylor, 1995, p. 24).

Assim, segundo Taylor, a inexistência de um método científico de organização do trabalho impedia que a produção atingisse seu potencial máximo. Nesse contexto, elaborou a premissa de que o aumento da produtividade seria benéfico tanto para o capital quanto para o trabalho, pois ampliaria os lucros empresariais e, conseqüentemente, possibilitaria melhores salários e maior geração de empregos. Tal entendimento, entretanto, desconsiderava as determinações estruturais do modo de produção capitalista, no qual a ampliação da produtividade está fundamentalmente vinculada à maximização da mais-valia.

Diante do exposto, propôs a fragmentação minuciosa das atividades produtivas. Cada tarefa deveria ser decomposta em operações elementares, cronometradas e reorganizadas segundo critérios de eficiência técnica. A partir dessa racionalização, estabelecia-se um tempo padrão para a execução de cada etapa, eliminando-se movimentos considerados supérfluos. O conhecimento empírico acumulado pelos trabalhadores era sistematizado e transferido para a administração, que passava a concentrar as funções de planejamento e controle.

Nesse contexto, a gerência assumia a responsabilidade pelo planejamento científico das tarefas, enquanto os operários tornavam-se executores especializados em funções específicas e repetitivas. Esse processo acarretou a intensificação da dualidade entre trabalho intelectual e trabalho manual.

A simplificação das funções reduziu a necessidade de qualificação ampla da força de trabalho, ampliando o contingente disponível para contratação e facilitando a substituição dos trabalhadores. Esse modelo possibilitava elevar a produtividade e reduzir custos operacionais, ampliando a extração de mais-valia relativa por meio da intensificação do trabalho e da diminuição do tempo necessário para a produção das mercadorias.

Fordismo

No início do século XX, essas premissas foram incorporadas e ampliadas por Henry Ford.

A principal inovação do fordismo foi a introdução da linha de montagem móvel, implementada em 1913. Nesse sistema, o produto deslocava-se ao longo de esteiras, passando sequencialmente por diferentes postos de trabalho. Cada operário realizava uma operação específica e previamente definida, permanecendo fixo em seu posto enquanto a peça em produção se movia. Essa reorganização eliminava o tempo de deslocamento dos trabalhadores, reduzia o intervalo entre operações e permitia maior sincronização das etapas produtivas. A produção em massa tornou-se, então, a característica central do modelo fordista. A padronização dos produtos possibilitou ganhos significativos de escala, reduzindo custos unitários e ampliando a oferta no mercado.

Mais-valia relativa

Marx (2013) afirma que a mais-valia relativa resulta do avanço das inovações tecnológicas, consistindo no aumento da produtividade dos trabalhadores sem alteração da jornada de trabalho, possibilitando, assim, a redução dos custos de produção dos bens de consumo.

Diferentemente de Taylor, cuja ênfase recaía predominantemente sobre a eficiência interna do processo produtivo, Ford articulou a produção em massa ao consumo em massa. Ao instituir salários relativamente mais elevados, buscava integrar os próprios trabalhadores ao mercado consumidor, consolidando um ciclo de expansão econômica.

A consolidação do sistema taylorista-fordista elevou a especialização do trabalho a um grau extremo. O trabalhador passou a executar tarefas fragmentadas, repetitivas e rigidamente controladas, tornando-se parte funcional de um sistema mecanizado mais amplo. Essa organização contribuiu para a intensificação da alienação, na medida em que o operário deixou de ter domínio sobre o processo produtivo em sua totalidade, limitando-se à execução de uma parcela isolada da produção.

Além disso, a simplificação das tarefas reduziu as exigências de qualificação formal e encurtou o tempo de treinamento necessário. A força de trabalho tornou-se facilmente substituível, o que reforçou o poder disciplinador do capital sobre os trabalhadores. As atividades repetitivas e o ritmo imposto pelas máquinas geravam desgaste físico e mental, elevando os índices de absenteísmo e rotatividade.

Toyotismo

A racionalização técnica do modelo fordista consolidou-se como instrumento de intensificação do controle e de ampliação da extração de mais-valia, configurando um modelo que marcou profundamente o desenvolvimento industrial do século XX e que serviria de base para as transformações posteriores associadas à reestruturação produtiva. Nesse cenário, o toyotismo ganha protagonismo em um contexto de lento crescimento econômico, no qual o consumo de bens e serviços estava atrelado à diversificação, à exclusividade e à personalização, em um momento em que a expansão da demanda ocorria de forma gradual. Esse sistema voltou-se para o aumento da produtividade, porém focado na produção de um número diversificado de modelos de produtos em pequenas quantidades.

O modelo toyotista visou a reduzir o número de operações na produção, de modo que o espaço destinado ao maquinário e o número de trabalhadores necessários para operá-lo fossem diminuídos. Nesse contexto, permitiu-se a autonomação, processo pelo qual se reduz a necessidade de supervisão humana. Para isso, elaborou-se um sistema que permitia que o maquinário detectasse problemas de fabricação e impedisse a continuidade da produção de peças defeituosas.

Ohno, criador do sistema toyotista, perseguiu o objetivo de reduzir o poder que o trabalhador qualificado possuía em razão de seu conhecimento em relação à produção, porém por um caminho distinto, de forma que passou a exigir a polivalência, fazendo, assim, com que o poder de negociação da classe trabalhadora mais qualificada fosse reduzido, possibilitando o aumento do controle e da intensificação do trabalho.

Esse modelo visava alcançar baixos custos, o que seria possibilitado pelo controle da manutenção dos estoques, associado a um quantitativo mínimo de trabalhadores e de instalações físicas necessárias à produção, em um mecanismo que atendesse à exata demanda produtiva, evitando, assim, desperdícios de capacidade produtiva. Esse cenário acarretou a ampliação da atuação dos trabalhadores sob a ótica de propiciar vantagens a estes; no entanto, o que se percebeu foi a intensificação da quantidade e do ritmo de trabalho, sem que houvesse, efetivamente, garantia de estabilidade.

Nesse sistema, a responsabilidade pela qualidade e pela produtividade é transferida para o operário, sendo a gerência responsável apenas por incentivar a equipe e coordenar os esforços.

Há, assim, submissão a uma lógica de funcionamento mais alienada e com reduzidas possibilidades de contestação, visto que o crescente desemprego constitui um condicionante para manter o empregado em alerta e tem atingido até mesmo a camada de maior qualificação, submetendo, assim, o trabalhador a jornadas exaustivas, com a execução de horas extras ou a aplicação de banco de horas.

Do Estado de Bem-Estar Social ao Estado Neoliberal

A concepção contemporânea de trabalho desprivilegia o trabalho como forma de realização pessoal, passando a orientá-lo prioritariamente para a aquisição de bens de consumo. Essa construção permeia o ideário do indivíduo, fazendo com que este se insira em relações de trabalho associadas ao fatalismo. Desse modo, o indivíduo passa a naturalizar que o trabalho precisa ser da forma como lhe é apresentado. O desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo em que ampliou as capacidades produtivas e promoveu avanços técnicos significativos, também intensificou as contradições sociais inerentes a esse modo de produção. A concentração de riqueza, a exploração do trabalho e a desigualdade no acesso aos bens produzidos passaram a demandar respostas institucionais capazes de mitigar tais tensões.

Diante desse cenário, especialmente ao longo do século XX, o Estado passou a assumir um papel mais ativo na regulação das relações econômicas e sociais, buscando estabelecer mecanismos de proteção à classe trabalhadora e de promoção de condições mínimas de existência. É a partir dessa conjuntura histórica que se consolidam as bases do Estado de Bem-Estar Social, entendido como uma forma de mediação das contradições do capitalismo, sem, contudo, superar suas determinações.

Nesse período, o sistema produtivo fordista articulou-se diretamente com o Estado de Bem-Estar Social e com a organização sindical,

Trabalho Abstrato

Atividade social na qual o indivíduo vende sua força de trabalho em troca de salário, sendo assim alienado pelo capital e submetido à lógica capitalista, de forma que o homem é desumanizado e passa a articular sua vida social pelo valor de troca e pelo status adquirido a partir do consumo de mercadorias.

Trabalho

O trabalho é a atividade intermediária entre o homem e a natureza. Por meio dele, transforma-se a matéria natural em objeto de uso útil à vida humana, conferindo-lhe um contexto social.

promovendo certa estabilidade nas relações de trabalho e ampliando o acesso a direitos sociais. A produção em massa, associada ao consumo em massa, sustentou um ciclo de crescimento econômico relativamente estável nas economias centrais.

Entretanto, a partir da década de 1970, esse modelo passou a enfrentar uma crise: a desaceleração do crescimento econômico, o aumento dos gastos públicos com políticas sociais e as crises do petróleo de 1973 e 1979 evidenciaram os limites do padrão de acumulação vigente. Nesse contexto, emergiram novas demandas produtivas associadas aos avanços tecnológicos e à necessidade de diversificação dos produtos, exigindo maior flexibilidade nos processos produtivos.

Diante dessas transformações, o modelo taylorista-fordista mostrou-se insuficiente para atender às novas exigências do mercado. Tornou-se necessário reduzir custos, otimizar processos e aumentar a capacidade de adaptação da produção às demandas específicas dos consumidores. Nesse cenário, destacou-se o modelo toyotista, que propunha uma produção mais enxuta e flexível, baseada na fabricação sob demanda e na redução de estoques. O toyotismo introduziu mecanismos como a subcontratação de serviços e a descentralização produtiva, permitindo maior agilidade e eficiência. Com isso, a produção passou a ser orientada pela demanda, buscando reduzir desperdícios e garantir maior qualidade e rapidez na entrega dos produtos. Esse modelo representou uma reconfiguração do sistema produtivo, mantendo a lógica de acumulação, mas sob novas formas organizacionais.

Alienação

(....) processo econômico (e produto de uma construção societal, determinada pela própria morfologia social que a produz) que tira do homem o fruto de sua produção e faz com que se torne estranho a si mesmo e ao ambiente onde vive. Nesse processo, ele identifica a "coisificação" do trabalhador, reduzido à condição de mercadoria. (MARX, 2004, p.7).

Sua implementação exigiu a reconfiguração das estruturas estatais, por meio da adoção de políticas que favoreceram a liberalização dos mercados e a redução da intervenção estatal direta na economia. Esse processo, denominado reestruturação produtiva, foi viabilizado por meio de mudanças legislativas e institucionais que regulamentaram novas formas de organização do trabalho e da produção.

Como consequência, observou-se a flexibilização das relações de trabalho, com impactos diretos sobre os direitos dos trabalhadores. A desregulamentação, a precarização das condições de trabalho e o aumento da informalidade tornaram-se características marcantes desse período. O discurso da competitividade passou a atribuir aos trabalhadores a responsabilidade pelos custos elevados da produção, justificando, assim, a redução de direitos e a intensificação do trabalho.

Como resultado, a classe trabalhadora passou por um processo de segmentação. De um lado, permaneceu um grupo mais restrito de trabalhadores qualificados, com maior estabilidade e melhores condições de trabalho; de outro, formou-se um contingente mais amplo submetido à precarização, à instabilidade e à desproteção social. Essa divisão contribuiu para o enfraquecimento da organização coletiva e para a fragmentação da consciência de classe.

Conforme aponta Pinto (2010), esse processo esteve associado à adoção de políticas neoliberais, caracterizadas pela desregulamentação dos mercados, pela flexibilização das relações de trabalho e pela redefinição das funções do Estado, em oposição às diretrizes do Estado de Bem-Estar Social.

Nesse cenário, o trabalho passou a ser experimentado de forma cada vez mais parcial e desprovido de significado.

FORMAÇÃO INTEGRAL / OMNILATERAL / POLITÉCNICA

Em consonância ao exposto anteriormente, busca-se transpor ao aluno uma educação integral e crítica, de forma que interrompa a lógica alienadora imposta por meio de políticas públicas que atendem aos interesses hegemônicos. Assim, faz-se necessário abarcar a educação integral, compreendê-la de forma a possibilitar sua reprodução.

A formação integral é entendida como o ideário voltado para alcançar uma educação omnilateral, ou seja, uma formação do indivíduo que abarque as mais diversas esferas do desenvolvimento social do ser humano, sejam elas intelectuais, físicas, tecnológicas ou culturais.

Entendendo o conceito!



PROPOSTA DE AULA

OBJETIVO: Apresentar aos estudantes as categorias de trabalho disponíveis na sociedade, de modo que seja possível demonstrar as vantagens e as desvantagens de cada modalidade, levando-os a compreendê-las a partir de situações cotidianas, para que, assim, seja possível a apreensão dos conceitos de forma aprofundada e próxima da realidade.

DURAÇÃO: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Vídeo, imagens, música e texto orientador.

INTRODUÇÃO (15 minutos): Envolver os alunos na temática do Mundo do Trabalho, de forma a apresentar a importância de compreender cada categoria laboral.

Apresentar imagens das categorias de trabalho aos alunos, de modo a gerar uma breve reflexão sobre cada uma, levando-os a identificar se cada uma se refere ao emprego formal ou informal.

DESENVOLVIMENTO (30 minutos): Apresentar, por meio do recurso data show, um vídeo que aborda, de forma sintetizada, informações sobre a história do trabalho no Brasil. Preparar as imagens de modo a apresentar uma situação-problema, para que os alunos possam debater os cenários relacionados à referida situação. Dividir a sala em equipes, de modo que cada grupo discuta a problemática e, posteriormente, apresente as vantagens e as desvantagens relacionadas ao tema, bem como as relacione com situações cotidianas. Atuar como mediador nas apresentações, complementando as discussões e fazendo as considerações necessárias para que os alunos consigam compreender a situação de forma ampla e crítica.

PROPOSTA DE AULA

CONCLUSÃO (5 minutos): Pedir a alguns alunos que comentem o que entenderam, se houve mudança em relação à percepção que tinham anteriormente e qual categoria de trabalho imaginam seguir no futuro.

ORIENTAÇÕES AO DOCENTE: Atualizar-se constantemente quanto às informações relacionadas ao contexto do Mundo do Trabalho, visto que as relações de trabalho constituem um ambiente dinâmico e sofrem alterações frequentes em decorrência das mudanças nas políticas públicas e do desenvolvimento de novas relações trabalhistas.

PROPOSTA DE VÍDEO INTRODUTÓRIO



A educação não pode ser analisada de forma isolada, mas como parte constitutiva do trabalho, desempenhando papel central na mediação entre as exigências do capital e de uma formação integral.

TIPOS DE TRABALHO

Trabalho formal ou assalariado

Há um contrato formal de trabalho registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). A relação possui vínculo legal entre o empregador e o trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Propicia ao empregado direitos trabalhistas, sendo estes: férias, 13º salário, FGTS, licença maternidade ou paternidade, seguro-desemprego e jornada de trabalho preestabelecida.

Trabalho Informal ou Autônomo

Não há vínculo de emprego, seja relacionado a uma empresa ou à prestação de serviços. A atividade é realizada sem a existência de registro ou contrato assinado, não havendo inscrição em regime tributário, como o MEI ou como autônomo. Assim, não há garantias legais associadas a essa modalidade de trabalho, sendo responsabilidade do indivíduo se gerenciar para garantir sua segurança financeira.

Profissionais Liberais

Indivíduo que exerce uma profissão de nível técnico ou superior, a formação que concluiu lhe concede “liberdade” para exercer determinada função que somente aqueles que concluíram tal tipo de estudos podem exercer

Trabalho Voluntário

Modalidade de trabalho em que não há remuneração envolvida e não existe vínculo formal em razão de consistir em um tipo de trabalho que é organizado em prol de causas sociais e humanitárias, e comumente dirigidas por instituições sem fins lucrativos.

Estágio Profissional

Relação de trabalho bastante utilizada em grandes empresas, sendo os estagiários regulamentados por uma legislação específica, bem como há uma clara definição de que o estágio não configura vínculo empregatício. Existe uma remuneração direta (a bolsa-estágio) e as atividades do estagiário necessitam ser supervisionadas e se vincular à formação estudantil pela qual o estudante está passando.

Trabalho Forçado/ Análogo à Escravidão

Esse tipo de trabalho é crime e está disposto no Art. 149 do Código Penal Brasileiro. Ocorre quando uma pessoa é submetida a condições de exploração extrema, como trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho, de modo que o indivíduo é obrigado a prestar serviços sob grave ameaça ou coação, estando sujeito a condições degradantes de trabalho.

Política Pública Aprendizagem Profissional

Apesar de não constituir uma modalidade específica de regulamentação de emprego, é uma política pública que possibilita a inclusão de jovens adolescentes, entre 14 e 24 anos, e de pessoas com deficiência, no mercado de trabalho, possuindo como requisito a condição de estarem matriculados em cursos de aprendizagem profissional. A premissa é oportunizar a formação de mão de obra qualificada, bem como possibilitar ações mais eficazes de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

PROPOSTA DE MÚSICA

Cidadão Zé Ramalho

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?

Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer
Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar

Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Pai, vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar

Essa dor doeu mais forte
Por que é que eu deixei o norte?
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava
Mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer

Tá vendo aquela igreja, moço?
Onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo
Enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também

Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse

Rapaz deixe de tolice
Não se deixe amedrontar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar

Hoje o homem criou asa
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar
Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asas
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar

Sugestão: Debater com os alunos as situações apresentadas e compreender as razões pelas quais havia o afastamento do trabalhador do produto do seu trabalho, bem como compreender por que não era possibilitado ao este usufruir deste produto.

PROPOSTAS DE IMAGEM PARA DISCUSSÃO



Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/49207119>

Sugestão 1: Com base nas discussões realizadas em sala de aula, orientar os estudantes a discutir quais tipos de trabalho se encaixariam nas falas das charges e instigá-los a entender a precarização em torno das relações trabalhistas.



<https://brainly.com.br/tarefa/541396441>

Sugestão 2: Orientar os estudantes a observar a imagem e debater os motivos pelos quais houve acúmulo de tarefas pela trabalhadora, bem como discutir as implicações da flexibilização do mercado de trabalho e instigá-los a entender, de forma crítica, as exigências de polivalência cada vez mais acentuadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposição central deste estudo concentrou-se em analisar o itinerário formativo Mundo do Trabalho enquanto componente curricular, visando a compreender as intenções hegemônicas associadas aos movimentos que implementaram as alterações no currículo escolar. Por meio da análise das reformas do ensino médio e de suas implicações, percebeu-se que houve o esvaziamento dos conteúdos e a formação aligeirada, bem como se impôs aos professores a tarefa de lecionar os itinerários formativos sem lhes ofertar uma formação docente adequada para atuar nos referidos componentes curriculares.

No Brasil, as políticas educacionais foram desenvolvidas em torno dos interesses neoliberais, principalmente com base em documentos produzidos internacionalmente, em um contexto no qual percebe-se que os currículos reproduzem os interesses da classe dominante, bem como desconsideram a realidade dos estudantes.

Diante do exposto, espera-se que este guia possibilite orientação aos docentes que lecionam a disciplina Mundo do Trabalho, de modo que possam direcionar os estudantes a compreenderem sua realidade e a realizarem uma análise crítica dela, em um movimento no qual possam agir como agentes de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Emanuel Rodrigues. **O papel da produção social na gênese, no desenvolvimento e no dever do gênero humano**. 2017. 163f. – Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

ENTENDA AGORA O QUE SIGNIFICA POLITECNIA. [S.l.: s.n.], 2025, 1 vídeo, 22min. Publicado pelo canal Bora Aprender com Paulo César. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ImceBuF_Cnc. Acesso em: 23 abr. 2026.

MARKETING ECONET. **Diferença entre trabalhador informal, MEI, autônomo e CLT: entenda agora**. [S. l.]: Econet, 2025. Disponível em: <https://blog.econeteditora.com.br/regimes-de-trabalho-no-brasil>. Acesso em: 23 abr. 2026.

MARX, Karl. Cadernos de Paris; **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 4S6p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Aprendizagem Profissional**. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>. Acesso em 23 abr. 2026.

O TRABALHO NO BRASIL. [S.l.: s.n.], 2020, 1 vídeo. 5min, Publicado pelo canal Professora Vilma Ribeiro. Disponível em: <https://youtu.be/KndJwK5RaDk?si=5PunOabYXswG1bSR>. Acesso em 23 abr. 2026.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Trad. Arlindo Vieira Ramos. 8 ed., São Paulo: Atlas, 1990.

ZE RAMALHO. **Cidadão**. In: Frevoador. Columbia / Sony Music, 1992. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ze-ramalho/75861/#radio:ze-ramalho>. Acesso em: 24 abr. 2026.